

Por que o governo faz tantos gastos desnecessários? SET 1981

Paulo Vellinho (*)



"O senhor tem razão na observação que fez, mas realmente os nossos escritórios são singelos, porém, confortáveis. Lembre-se de que integramos uma sociedade pobre e que, nos sentido das prioridades que fixamos, entendemos que o nosso conforto pessoal pode esperar até o momento em que o nosso país se desenvolva, enriqueça-se, quando então se poderá destacar uma parte dos resultados para melhorar o conforto dos homens que trabalham na atividade meio. Por enquanto, vamos investir o máximo em bens de produção e tecnologia."

Essa explicação, ou grande e memorável lição, me foi dada em 1963, quando conheci o Japão pela primeira vez e decorreu de observação que dirigi a um alto executivo de uma das maiores empresas japonesas da época e de hoje, pois me chamava cada vez mais a atenção a simplicidade dos escritórios japoneses, tanto os do governo como os de empresários. Então, eles já contrastavam com a ten-

dência ao luxo e à ostentação que começava a marcar os ambientes de trabalho dos executivos governamentais de início e, mais tarde, também dos empresários privados brasileiros. Calei-me com a resposta daquele executivo e fiquei ainda mais emudecido quando o meu interlocutor continuou:

"Até lá, continuaremos investindo cada vez mais na atividade fim, na busca da eficiência de produção, como também da sua qualidade, uma vez que as melhorias de conforto e dos meios da atividade intermediária poderão esperar para que vençamos esta etapa que nos parece mais fundamental".

E no Brasil, o que acontece? Não creio que haja muita hesitação de parte de qualquer um dos leitores a esta pergunta. Ridiculamente, continuamos dividindo mal a nossa escassez, aplicando desproporcionalmente capital de risco da atividade meio e, muitas vezes, tomando dinheiro emprestado no exterior ou internamente para poder investir capital de empréstimo na atividade fim.

Ao longo desses anos que me separam daquele longínquo puxão de orelhas de 1963 até hoje, nada melhorou em nosso país. Ao

contrário, diria que piorou, uma vez que o grau de sofisticação dos escritórios de qualquer empresa, estatal ou privada, se aprimora cada vez mais, parecendo até que cada um deles representa uma disputa em relação aos outros e está-se traduzindo num símbolo de "status" de seus responsáveis.

Em 1978, fui à China, integrando uma missão governamental, sob o comando do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. E, ao visitarmos o complexo petroquímico que dista cerca de 30 quilômetros de Pequim, chamou-me a atenção o grau de integração, culminando minha surpresa, e a de meus companheiros de missão, com a singeleza do processo produtivo bem como das instalações. Chamou-me a atenção o comentário feito pelo dr. Carlos Santana, o competente vice-presidente da Petrobrás que, no encerramento da visita, dizia que a Petrobrás e as empresas brasileiras deveriam olhar a austeridade dos escritórios, das salas de controle e dos prédios de produção, como um modelo necessário a ser copiado para as suas próprias instalações futuras.

O incrível disto tudo é que nada surge em contraposição a esses absurdos. E vi-

mos paradoxalmente que cada vez mais investe o governo no aprimoramento da atividade meio, tendo, em contrapartida, uma escassez cada vez maior de recursos para a atividade fim. Empobrece-se o governo em tornar factível o futuro, pela melhoria indispensável de sua infra-estrutura e exagerando-se em proporcionar um inexplicável e injustificável excesso de bem-estar para os seus colaboradores. Mais do que comentários que possa fazer, vale o modelo agressivo com que se veste o Brasil: se por um lado sensibiliza pela sua imagem plástica e beleza natural (diria até que de requinte de nossa natureza), por outro desanima-nos ver que o gigante perdidário cresce, cobrando um ônus insuportável para toda a sociedade brasileira, naquilo que se denomina investimento improdutivo e supérfluo.

Aliás, nesta visita que fiz ao Japão em 1963, encontrei um outro empresário local, arguto e curioso perguntador, que, depois de questionar como era Brasília e qual o seu custo, mudou o rumo das questões, concentrando-se em assuntos de educação, cultura, lazer, saúde, moradia e transporte. Posteriormente, coubejou suas perguntas com as

respostas para então questionar-me, de uma forma abrupta e quase agressiva, o seguinte: "Como é que o seu governo concluiu pela construção da Brasília tão cara e tão distante em apenas cinco anos, quando seu país, de dimensões continentais e tantos habitantes, é tão carente em termos de necessidades básicas do povo, daí que deveria ser definido como essencial para a formação da própria ecologia humana do seu país". Estas perguntas sem resposta, de ficar rubro de vergonha e triste pela deceção, sempre levam a desconsolar-me quando busco perspectivas futuras para o Brasil. Tenho então ainda um fio de esperança de que a competência e os pés no chão permitam que o Brasil um dia seja administrado com a austeridade necessária aos seus objetivos desenvolvimentistas. Da convicção que temos e devemos ter, de que somos um país pobre e carente, animo-me a acreditar que uma escassez bem administrada pode dar uma resposta a essas questões fundamentais que asfixiam o nosso desenvolvimento econômico e a nossa justiça social.

(*) Líder empresarial gaúcho.